



XIX encontro nacional
de pesquisa em
ciência da informação
ENANCIB

// SUJEITO INFORMACIONAL E AS
PERSPECTIVAS ATUAIS EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO. //

22-26
OUTUBRO
2018
LONDRINA/PR



XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018

GT-4 – Gestão da Informação e do Conhecimento

CICLO VITAL DOS DOCUMENTOS E *RECORDS CONTINUUM*: DISCUSSÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS

Cássio Murilo Alves Costa Filho (Universidade de Brasília – UnB)

Renato Tarciso Barbosa de Sousa (Universidade de Brasília – UnB)

RECORDS LIFE CYCLE AND RECORDS CONTINUUM: THEORETICAL AND PRACTICAL DISCUSSIONS

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Analisa o conceito de ciclo vital de documentos, sua relevância para a teoria e prática arquivísticas e suas relações com o a teoria das três idades. Além disso, busca compreender sua utilização e aplicabilidade, comparando questões arquivísticas próprias de seu contexto de surgimento com as peculiaridades do contexto atual. Sugere-se que o ciclo vital dos documentos apresenta limitações quando cotejado aos impasses inerentes à realidade digital que estão relacionadas à sua linearidade e engessamento, ambos impostos pela fragmentação da gestão em fases ou idades. Ademais, investiga as perspectivas do modelo australiano *records continuum* com o intuito de elucidar questões relativas à complexidade do cenário imposto pelas novas demandas sociais, culturais e tecnológicas da contemporaneidade. Para tanto, apresenta breve histórico da trajetória da Arquivologia na Austrália, destacando seus principais atores e acontecimentos. Constata-se que o *records continuum* não consiste em um simples contraponto ao ciclo vital dos documentos. Entende-se que as perspectivas fornecidas pelo modelo *records continuum*, sobretudo no que se refere aos seus múltiplos propósitos, seu caráter espaço-temporal e o uso do valor contínuo, são mais adequadas para a compreensão do cenário atual.

Palavras-Chave: Arquivologia. Records Continuum. Ciclo Vital dos Documentos. Teoria das Três Idades. Arquivologia australiana.

Abstract: It analyses the records life cycle concept, its relevance for archival theory and practice and its relations with three ages of archives theory. Furthermore, it aims to comprehend its utilization and applicability, comparing specific archival questions of its arising context with the current scenery. It suggests the records life cycle expresses limitations when compared with problems inherent to digital environment that are related to its linearity and inflexibility, both imposed for fragmentation of

management in phases or ages. Moreover, it investigates the perspectives of Australian records continuum model with the intention to elucidate complex questions of the scenario imposed by new social, cultural, technological demands of contemporaneity. For this purpose, it introduces a brief historic of archival theory in Australia, evidencing the central actors and events. It is understood that perspectives provided by the records continuum model, especially when they refer to its multiple purposes, space-time nature and the use of continuous value, are more appropriate to understanding the current scenery.

Keywords: Archival Science. Records Continuum. Records Life Cycle. Three Ages of Archives. Australian Archival Theory.

1 INTRODUÇÃO

O ciclo vital dos documentos integra a base teórica da Arquivologia e pode ser considerado um conceito que moldou a prática arquivística nos últimos 60 anos. Tendo em vista esse ponto, que será melhor explanado no decorrer deste artigo, acredita-se que é de grande valia a investigação sobre como se deu seu surgimento, configuração, disseminação e consolidação. Nesse sentido, reflexões como as dos canadenses Couture e Rousseau (1998), que admitem que o ciclo de vida dos documentos, tal como a noção de fundo ou princípio da proveniência, integra as bases em que assenta a Arquivologia contemporânea. Complementarmente, do mesmo modo, tem-se o entendimento do espanhol Cruz Mundet (2011), que compreende que a introdução do ciclo vital dos documentos fez criar um novo paradigma para a Arquivologia contemporânea, de enorme influência em nossos dias, podem servir de ideias impulsionadora da análise em epígrafe.

Apesar do caráter elementar para a disciplina, questionamentos quanto à noção “estática” do documento e à aplicabilidade do ciclo vital dos documentos afloraram, principalmente devido ao despontamento de novas perspectivas impelidas pelos documentos digitais. O ciclo vital passa a receber críticas em relação à restrição imposta pela divisão em fases ou idades, ao grande enfoque nos documentos como entidades físicas e nas tarefas operacionais, aspectos que se tornam irrelevantes com a perspectiva dos documentos digitais (CRUZ MUNDET, 2011). Já Rousseau e Couture (1998) ressaltam que as etapas de traslado até a destinação final não são distintas, engessadas e sem ligação.

Presume-se que a relevância do ciclo vital dos documentos no âmbito da Arquivologia, e conseqüentemente da teoria das três idades, está diretamente associada ao emprego regular de uma leitura linear dos processos de gestão de documentos. Contrastando o atual cenário de

produção e uso dos documentos arquivísticos com o contexto de surgimento e consolidação do ciclo vital dos documentos, apercebe-se que as distinções entre ambos são desmedidas.

Tal fato, que está terminantemente vinculado às limitações do emprego do ciclo vital dos documentos diante das múltiplas possibilidades proporcionadas pelos documentos digitais, condiciona a visão de arquivistas para a existência de etapas ou fases, espaços e tempos, bem definidos e estanques, para a ocorrência de procedimentos, operações técnicas, processos e funções de forma diacrônica. Considerando o espaço virtual e a imposição de desafios e problemas até então não vislumbrados, conjectura-se que a utilização do mesmo referencial para o alcance de resultados distintos e efetivos pode ser inócua.

Com vistas a melhor compreender a nova dinâmica de produção e uso de documentos arquivísticos na contemporaneidade e, assumindo as limitações do ciclo vital dos documentos, recorre-se ao modelo australiano *records continuum*, articulado por Frank Upward. Tem-se como objetivo neste trabalho demonstrar de que forma se deu a trajetória da Arquivologia na Austrália, destacando seus principais atores e acontecimentos, e a apresentação de interpretações realizadas por importantes teóricos acerca das facetas do modelo *records continuum*. A partir dessa necessária contextualização, será evidenciado no que consiste o modelo, quais são seus objetivos e como se dá sua aplicação teórica e prática.

Acredita-se que o *records continuum* fornece os subsídios teóricos necessários para a compreensão da complexidade trazida pelos documentos digitais. Sua finalidade é fornecer uma visão geral que viabilize a reorganização do conhecimento arquivístico, de forma a explicar realidades complexas que, no “antigo jogo”, eram singularizadas pela distinção entre as dimensões de espaço e tempo. Portanto, o *records continuum* consiste em uma visão em que os documentos podem possuir múltiplas finalidades em espaços distintos, para pessoas distintas, ao mesmo tempo e ao longo do tempo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que se refere aos procedimentos metodológicos utilizados, realizou-se vasta pesquisa bibliográfica no âmbito de publicações efetuadas nos mais relevantes periódicos que versam sobre temáticas arquivísticas. Os critérios utilizados para a seleção de trabalhos se basearam em avaliação empreendida pelo *Australian Research Council* (ARC), com a

participação de todas as universidades australianas e das principais em âmbito internacional que se dedicam ao estudo da Arquivologia, a qual classificou os periódicos em quatro graus: A+, A, B e C. Os critérios utilizados para inclusão e exclusão de estudos levaram em consideração, principalmente, a relevância do periódico e dos autores para cada tema relacionado ao objeto de estudo.

3 SURGIMENTO, DISSEMINAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CICLO VITAL DOS DOCUMENTOS

Constatou-se, em nossa pesquisa sobre o tema, que a enunciação de um ciclo vital no âmbito d Arquivologia corresponde à apresentação do artigo “*What records shall we preserve?*” de Philip C. Brooks, em uma reunião da SAA na cidade de Washington, em abril de 1940. Em seguida, tem-se a publicação do artigo intitulado “*Selection of records for preservation*”, publicado no periódico *The American Archivist*, também em 1940. Nesses trabalhos, Brooks faz, pela primeira vez, a analogia do processo de gestão de documentos a um à vida de “organismo biológico”. Apesar da analogia entre a gestão de documentos e a vida de um organismo biológico enunciada por Brooks no início da década de 1940, Caya (2004) considera que a articulação do ciclo vital foi realizada apenas em 1948, no âmbito das comissões Hoover.

No que concerne ao entendimento do ciclo vital dos documentos, primordial se faz a abordagem da teoria das três idades, tendo em vista a constante equivalência que é realizada entre os dois conceitos. Após a análise de vários estudos, com o fim de atingir nosso propósito de identificar um marco histórico para a teoria das três idades, não se conseguiu verificar uma unanimidade quanto a sua criação. Silva et al. (1999, p. 207) supõe que “o apodítico princípio das três idades pode ter tido origem na Itália, no início do século XX, por meras razões práticas de instalação de documentos”. É frequente a atribuição de sua criação ao historiador belga Carlos Wyffels, em 1972. Tal fato, conforme constatado na maior parte dos estudos que fazem essa atribuição, deve-se à clássica e respeitada obra de Antonia Heredia Herrera, *Archivistica General y Pratica*, em que a autora atribui a Wyffels a criação dessa teoria.

Já em nossa pesquisa, constatou-se que o primeiro teórico a fazer menção às “três idades”, no contexto da gestão de documentos arquivísticos, foi o francês Yves Pérotin em 1961, em artigo intitulado “*L'Administration et les "trois ages* “. O francês Bruno Delmas (2010, p. 65)

considera que “foi nesse contexto que, em 1961, Yves Pérotin, arquivista do município de Paris, formulou a teoria das três idades dos arquivos [...]”.

Rousseau e Couture (1998) consideram que a abordagem das três idades é um dos três princípios que integram o fundamento da disciplina arquivística, junto do princípio da territorialidade e o princípio do respeito aos fundos. Bellotto (1998) também considera o ciclo vital dos documentos como um dos princípios da Arquivologia. Marques (2011) sobreleva a relevância da teoria das três idades para Arquivologia, ao ressaltar o consenso teórico trazido para a área.

Nesse contexto, no que diz respeito ao ciclo vital dos documentos, foi constatado por Costa Filho (2016) que: esse conceito, ou paradigma, perpassa um vultoso lapso temporal, perdurando resistente à ascensão de novos paradigmas, que, em alguns casos, atuam como um verdadeiro contraponto ao ciclo vital; e mesmo sob as tradições de vários países foi amplamente utilizado, difundido e interpretado, de modo a se condicionar especificamente a cada necessidade prática.

4 LIMITAÇÕES DO CICLO VITAL DOS DOCUMENTOS NA CONTEMPORANEIDADE

Após serem amplamente utilizados ao longo de todo o período conhecido como “Arquivologia Moderna” e, não somente, integrando as bases da Arquivologia tanto em seus aspectos teóricos quanto práticos até os dias de hoje, o conceito de ciclo vital dos documentos e a teoria das três idades passam a sofrer com incertezas e questionamentos no que se referem à sua integral aplicação às novas formas de produção, uso e disseminação de documentos, sobretudo no que tange aos documentos digitais.

Conforme pesquisa de Costa Filho (2016), verificou-se uma série de apontamentos quanto às possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante à gestão de documentos digitais na literatura arquivística internacional. De início, destacou-se a consideração de Heredia Herrera (2013) sobre o tema, que se refere às três idades documentais, ao compreender que essas não coincidem com a vida dos documentos. A portuguesa Ribeiro (2002) entende que o ciclo vital não deve ser rompido. Para o canadense Dingwall (2010), que aborda as características dos documentos digitais, a forma e o conteúdo inerentemente maleáveis permitem que os procedimentos do ciclo vital — tais como criação, uso e manutenção —

ocorram simultaneamente. O também canadense Couture (2015) direciona sua análise para a intervenção do arquivista, que, segundo sua compreensão, deve ocorrer no momento da produção documental. Caso não sejam registradas as decisões arquivísticas nos metadados, não mais conseguirá fazê-lo, devido à impossibilidade de recuperar uma realidade tão volátil.

Tendo em vista os vários questionamentos e críticas sobre a validade do conceito de ciclo vital dos documentos apresentados, pode-se sobrelevar as principais características do conceito que implicam em limitações ante à gestão de documentos digitais (COSTA FILHO, 2016). De acordo com o referencial utilizado, as principais limitações podem ser consideradas como:

Gestão fragmentada e linear pelo uso de estágios/fases/idades: a estrita delimitação das atividades dentro de cada fase limita a atuação do arquivista. Como exemplo prático, tal fato pode limitar a possibilidade da utilização metadados para a descrição de documentos, com o intuito de proporcionar acesso para fins de memória e *accountability*, ainda no uso administrativo do documento;

Foco na custódia física: constatou-se que a volatilidade do documento arquivístico digital permite a utilização de outras formas de custódia, focada na noção de documento como entidade lógica, em vez de física.

Procedimentos e operações baseados no tempo, diacronicamente: limitam as possibilidades de realização de atividades de gestão de modo simultâneo;

Estrita demarcação de responsabilidades: constatou-se que o impacto da demarcação de responsabilidades foi maior no contexto dos países que possuem uma forte tradição de *records management*, como os Estados Unidos da América. A atuação de profissionais distintos — *records managers* e *archivists* — reforça o isolamento do uso administrativo e histórico dos documentos arquivísticos. Embora tenha-se, no Brasil, o mesmo profissional responsável por toda a gestão documental, vê-se que o ciclo vital e a teoria das três idades são reproduzidas nas organizações, de modo que ocorra um distanciamento entre as atividades nos “arquivos correntes”, “arquivos intermediários” e “arquivos permanentes”;

Aplicação em organizações complexas: as novas formas de produção de documentos pelas organizações, muitas vezes interativa e colaborativa, e a dificuldade de aplicação das mesmas fases para as diferentes unidades organizacionais são fatores limitadores. Nesse aspecto, destaca-se que a complexidade das organizações e sua consequente descentralização administrativa e territorial impactam na integração das atividades de gestão;

Valor primário ou secundário: os valores dos documentos são considerados de acordo com a fase ou idade em que estão associados, ou seja, embora tenha-se a identificação de um documento de valor secundário em uso administrativo, o empreendimento de atividades típicas a esses documentos — como descrição e difusão — apenas ocorrerão após seu recolhimento para um arquivo permanente.

5 AS BASES DO *RECORDS CONTINUUM*: O DESENVOLVIMENTO DA ARQUIVOLOGIA NA AUSTRÁLIA

No discernimento de Michael Piggott (1998), a história dos arquivos na Austrália segue linhas previsivelmente tradicionais. Sua trajetória se dá com uma soma de fatores relacionados às origens do país, à evolução e às realizações das instituições arquivísticas, das associações de profissionais, das leis, dos eventos e dos praticantes.

As primeiras décadas dos arquivos australianos foram marcadas pelos embates profissionais entre bibliotecários, que eram favoráveis ao tratamento dos documentos arquivísticos por bibliotecas, e por profissionais que almejavam a autonomia dos arquivos. Os governos estaduais e federal utilizavam bibliotecas para custodiar documentos históricos. Embora as relações entre arquivos e bibliotecas fossem estreitas, já havia controvérsias quanto à inexistência de programas para formação de arquivistas, à falta de representatividade dos interesses arquivísticos nas associações profissionais e, sobretudo, à metodologia para a gestão de documentos arquivísticos.

Um vultoso estímulo para o desenvolvimento da Arquivologia australiana foi a visita do preeminente arquivista americano T. R. Schellenberg, que esteve na Austrália em 1954. Schellenberg permaneceu na Austrália por 6 meses e meio e apresentou uma série de palestras na cidade de Canberra. Para Johnson (1965), a visita de Schellenberg resultou, indubitavelmente, em um crescimento moral dos arquivistas australianos e desenvolveu um espírito de orgulho dentre o meio, que culminou em um aumento dos esforços para a obtenção da efetiva autonomia dos arquivos.

Em 23 de março de 1961, tem-se a efetiva separação da *Archives Division* e a mudança de seu nome para *Commonwealth Archives Office* (CAO), que passou a integrar a estrutura do Departamento do Primeiro-Ministro (JOHNSON, 1965). Notabiliza-se, nesse período, a

implementação do *Commonwealth Records Series* (CRS) como base para o controle intelectual dos documentos em 1966, o qual será abordado com mais apreço neste artigo.

Outro fator fundamental para consolidação da Arquivologia na Austrália foi a organização dos arquivistas em associações profissionais. A *Archives Section* da LAA estava incumbida em representar os profissionais arquivistas, inclusive abrigando o principal periódico sobre a temática desde 1954, o *Archives and Manuscripts*. As discussões foram estimuladas por meio de uma série de publicações e encontros locais, os quais tratavam de outros modelos de associação, principalmente de casos como a *Society of American Archivists* e a *British Records Association and Society of Archivists* (WILSTED, 1979). Em decorrência, a *Australian Society of Archivists* (ASA) teve seu encontro inaugural nos dias cinco e seis de abril de 1975, em Camberra.

Dentro do contexto arquivístico australiano, imprescindível se faz abordar a noção de *recordkeeping*. De acordo com Piggott (1998), o termo foi introduzido pela equipe do CAO na década de 1950 e passou a ser bastante utilizado no âmbito do CRS, à medida em que o foco dos arquivistas direcionava-se para o registro de informações acerca do contexto de administrações, órgãos e séries documentais.

Para Duranti e Franks (2015) a articulação de Maclean define o entendimento central de sistemas de *recordkeeping*, que passaram a ser utilizados como entidades contextuais para o entendimento e interpretação dos documentos. Para as autoras, o conceito é frequente na teoria arquivística australiana, sendo usado no *series system* para determinar órgãos independentes, de acordo com a existência ou não de sistemas próprios de *recordkeeping*.

Para Kate Cumming (2010), a compreensão da noção australiana de *recordkeeping* está diretamente vinculada à noção de documento-como-evidência. Cumming (2010) julga que, em conformidade com essa concepção, a necessidade de preservar a evidência dos documentos foi fundamental para o entendimento do papel do *recordkeeping*, pois o desenvolvimento da preocupação com a gestão adequada dos documentos, independentemente de sua idade ou condição, estava conectado à captura e manutenção da evidência.

6 O *SERIES SYSTEM* DE PETER SCOTT

A década de 1960 pode ser considerada como o marco para a configuração de uma teoria arquivística própria da Austrália. Tem-se nesse período, além da autonomia da *Archives Division Office*, as mais importantes contribuições de Ian Maclean e seus companheiros.

Cunningham (2005) sinaliza que o trabalho desenvolvido à época era bastante influenciado pelos textos de Sir Hilary Jenkinson e, em consequência, pelo modelo de prática arquivística desenvolvido pelo *Public Records Office*, em Londres. Ademais, havia o legado de Schellenberg, o que levou os arquivistas australianos a tentativas de utilização da abordagem de fundos, em especial do conceito de *record group*.

Cunningham (2007) acentua que de forma instintiva surgiram as primeiras ideias quanto à importância da análise do contexto de produção dos documentos, tendo em vista a verificação dos documentos como produtos de uma história administrativa complexa. No começo da década de 1960, a equipe do CAO, tendo como principais representantes Ian Maclean, Keith Penny e Peter Scott, passa a pensar em uma abordagem alternativa para a descrição e o controle dos documentos. Peter Scott, em 1964, faz a sugestão radical de se abandonar o fundo como principal elemento para o controle intelectual dos arquivos e apresenta como proposta a adoção da série, baseada em funções.

Como solução para os problemas apresentados, Scott (1966) sugere o abandono do *record group* como a primeira categoria de classificação e base para o arranjo físico dos documentos e propõe a utilização da série como o primeiro nível de classificação. Tal mudança, para o autor, possibilita tanto a manutenção dos documentos no seu contexto administrativo, quanto a manutenção da ordem original, devido a alocação física dos documentos nas séries apropriadas. Outrossim, essa nova sistemática viabiliza a não inclusão das séries em uma ordem física original, pois o contexto administrativo e as associações são registradas em outros instrumentos.

O sistema é construído com base em dois componentes, o controle do documento e o controle do contexto. O primeiro compreende quatro elementos: série, item, documento e informação. As séries, segundo Scott, possuem vínculos “inter elementos”, realizados com o contexto administrativo, isto é, os órgãos ou pessoas que as produzem ou controlam. Adicionalmente, as séries também possuem vínculos “intra elementos”, que são aqueles entre séries anteriores ou posteriores, que se referem a uma mesma função ou que contém

informações semelhantes e também aos instrumentos utilizados para controlar as séries, como índices e registros.

No que se refere ao segundo componente do sistema, o controle do contexto, Scott estabelece a existência de quatro elementos básicos: administração¹, órgão², família e pessoa. A administração possui vínculos “interelementares” com os órgãos vinculados, por meio de sua estrutura. As administrações também se relacionam com outras diacronicamente — antecedentes e subsequentes — e estruturalmente.

Em essência, de acordo com Cunningham (2007), o *series system* australiano consiste em dois componentes inter-relacionados:

Controle do contexto, que é alcançado por meio da identificação e do registro das entidades produtoras de documentos e de outras entidades que fazem parte do ambiente e da documentação das histórias administrativas e biográficas daquelas entidades, suas responsabilidades funcionais e suas relações umas com as outras e com os sistemas de arquivamento por elas mantidos; e

Controle dos documentos, que é obtido por meio da identificação, registro e documentação das séries documentais e/ou dos itens que as compõem.

McKemmish, Piggott e Reed (2005) consideram Scott um dos primeiros teóricos a desafiar o consenso estabelecido pela abordagem de fundos. No entendimento de Scott, só era possível cumprir com o estabelecido pelo princípio de respeito aos fundos por meio do que ele intitulava “sistemas de controle de contexto”, que consistiam em sistemas de descrição de documentos que documentavam documentos e seus contextos. Logo, entende-se que a interpretação de Scott sobre os fundos era uma construção lógica, não física.

Para Cook (1997), a reflexão primordial de Scott foi sobre a constatação de que a tradicional hipótese de relacionamento um-a-um entre os documentos e seu contexto de criação não era mais válida. Ademais, Scott foi responsável por desenvolver um sistema que proporcionava a descrição de múltiplos relacionamentos entre os diversos produtores de documentos e as diversas séries documentais, onde quer que estivessem no *continuum* da gestão de documentos — nos setores de criação, nos arquivos correntes ou em arquivos permanentes. Com base nas proposições de Scott, os arquivistas australianos passaram a

¹ Na definição de Scott (1966), *organisation* equivale a um governo ou uma instituição privada.

² O termo órgão foi utilizado como correspondente de *agency*, definido por Scott (1966) como uma parte da *organisation* que possui um sistema de *recordkeeping* próprio.

desenvolver o *series system*, de modo a adicionar novos relacionamentos. Cook (1997) destaca as contribuições de Scott para a teoria arquivística e o considera o fundador da revolução pós-custodial no pensamento arquivístico.

7 O MODELO RECORDS CONTINUUM

A abordagem assente no *continuum* surgiu na Austrália, na década de 1960, por intermédio dos esforços de Maclean, Scott e Penny no âmbito do CAO (COSTA FILHO, 2016). Na década de 1990, verifica-se o renascimento dessa abordagem, vigorosamente impulsionada, em parte, pelo advento da gestão de documentos digitais.

O modelo *records continuum* foi articulado pelo australiano Frank Upward e apresentado à comunidade arquivística por meio da publicação da série de artigos “*Structuring the records continuum*” em 1996 e em 1997, no periódico *Archives and Manuscripts*. Nesses artigos, Upward apresenta as bases e fundamentos teóricos do modelo, que estão intimamente associados à Teoria da Estruturação e de distanciamento entre espaço e tempo do sociólogo Anthony Giddens e ao Pós-Custodialismo. Com base nas referidas ideias, Upward (1996) apresenta os princípios estruturais do *records continuum*:

Um conceito de documentos que é inclusivo quanto aos documentos de valor contínuo, que reforça seu uso para propósitos transacionais, comprobatórios e de memória, e que unifica abordagens para arquivamento/manutenção de documentos, se os documentos são mantidos por uma fração de segundo ou um milênio;

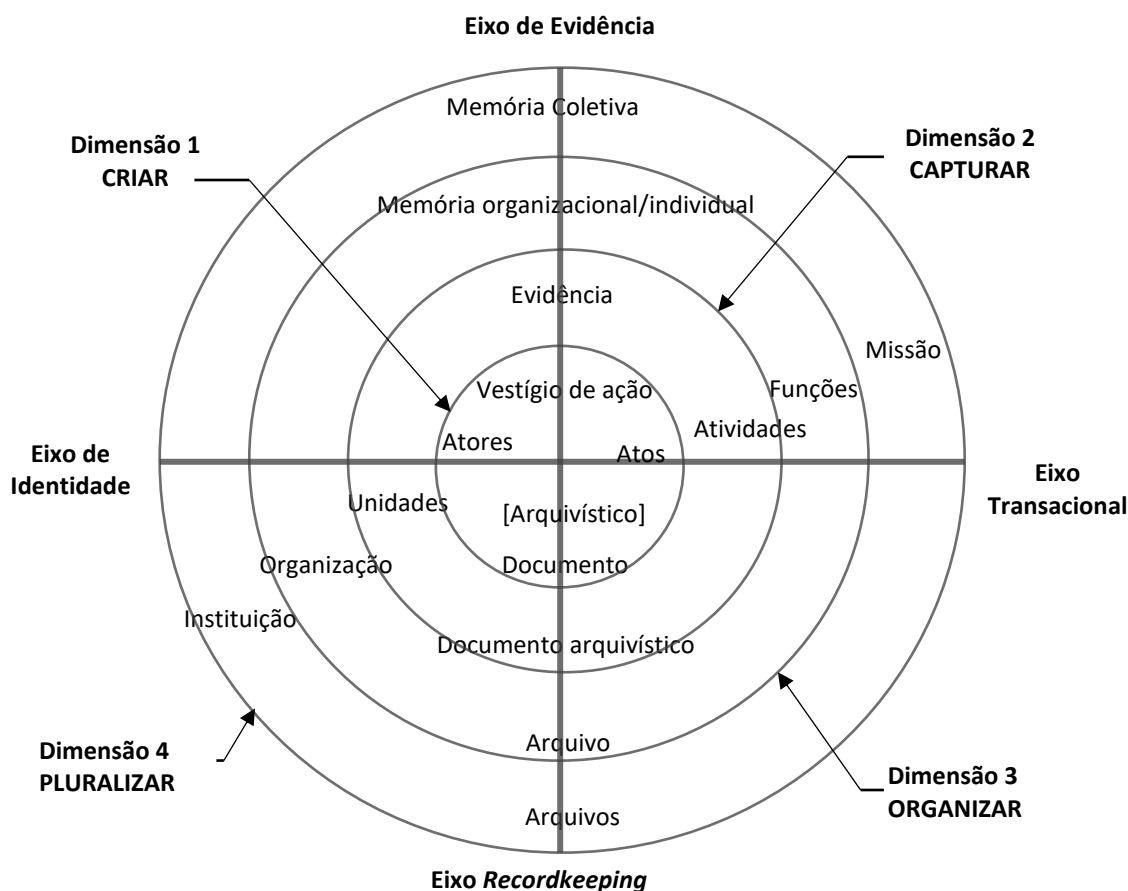
Um foco nos documentos como entidades lógicas, ao invés de físicas, independentemente se eles estão contidos em papéis ou em formas eletrônicas;

A institucionalização do papel da profissão de arquivista requer uma ênfase particular sobre a necessidade de integrar o *recordkeeping* aos processos e finalidades sociais e administrativos;

A Arquivologia é a base para a organização do conhecimento sobre o *recordkeeping*.

Upward (1996) apresenta as propriedades do *records continuum* por meio de um modelo constituído de eixos, coordenadas e dimensões (Figura 1). Os quatro eixos, que sintetizam grandes temas da Arquivologia — identidade, evidência, transação e *recordkeeping* —, apresentam coordenadas que se vinculam por meio de dimensões, representadas no modelo mediante círculos concêntricos.

Figura 1: Modelo Records Continuum.



Fonte: Costa Filho (2016).

Apresenta-se uma síntese de nosso entendimento quanto aos eixos e coordenadas do modelo *records continuum* por meio do quadro a seguir.

Quadro 1:- Síntese do entendimento sobre os eixos e coordenadas do modelo *records continuum*.

Eixos		Coordenadas	
Entidades	Definição	Elementos	Definição
<i>Recordkeeping</i>	Meios utilizados para o registro de informações sobre atividades humanas.	Documento	Representação de uma ação.
		Documento arquivístico	Documento orgânico que se liga a outros documentos e possui contexto de produção facilmente identificado.
		Arquivo	Conjunto de documentos arquivísticos de uma instituição
		Arquivos	Documentos pertencentes a inúmeras instituições, seja pela transferência espacial ou temporal entre instituições.
Evidência	Vestígios de ações, evidências fornecidas por documentos e implicações exercidas na memória institucional e coletiva.	Vestígio de ação	Os sistemas de <i>recordkeeping</i> controlam documentos como vestígios de uma ação.
		Evidência	Os sistemas de <i>recordkeeping</i> agregam evidência aos documentos.

XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018
22 a 26 de outubro de 2018 – Londrina – PR

Eixos		Coordenadas	
Entidades	Definição	Elementos	Definição
		Memória institucional/individual	Os sistemas de <i>recordkeeping</i> fornecem memória às instituições.
		Memória coletiva	Os sistemas de <i>recordkeeping</i> fornecem memória coletiva.
Transação	Registro de atividades desempenhadas para a condução de negócios.	Ato	Subcategoria de atividade.
		Atividades	Subcategoria de função. Meios para a condução de negócios. Criam relações entre os documentos.
		Funções	Não especificado pelo autor.
		Missão	Funções de uma instituição a partir de uma perspectiva social mais ampla.
Identidade	Responsáveis pela produção e uso de documentos.	Ator	Não especificado pelo autor.
		Unidade	Unidade organizacional a que o ator está associado. A unidade pode ser o próprio ator.
		Organização	Entidade a que a unidade organizacional está associada. A organização pode consistir em apenas um ator ou em uma unidade organizacional.
		Instituição	Institucionalização da identidade dos demais elementos com amplo reconhecimento social.

Fonte: Costa Filho (2016).

Em seguida, Upward (1996) apresenta o que denomina as dimensões do modelo, que correspondem à conexão das coordenadas presentes nos eixos. De acordo com Upward (1997), as dimensões são identificadas como: criação de documentos, captura de documentos, organização da memória pessoal e institucional e pluralização da memória coletiva.

Primeira dimensão – Criar: sistema de comunicação prévia para a criação de documentos no âmbito de sistemas eletrônicos (criar o vestígio);

Segunda dimensão – Capturar: sistema de comunicação posterior, por exemplo, uma funcionalidade de registro tradicional que adiciona dados para a vinculação de documentos, os dissemina e os mantém com a inclusão de dados sobre a destinação (capturar vestígio como documento);

Terceira dimensão – Organizar: sistema que envolve a construção, rememoração e disseminação da memória institucional (organizar o documento-como-memória);

Quarta dimensão – Pluralizar: sistema de construção, rememoração e disseminação da memória coletiva — social cultural e histórica —, incluindo informação sobre o tipo necessário para um sistema de informação arquivística (Pluralizar a memória).

Quanto à elucidação das limitações impostas à gestão de documentos digitais pelo ciclo vital dos documentos, destaca-se a análise de McKemmish (2001), que estabelece que a teoria australiana baseada no *continuum* passou a rejeitar, conscientemente, a visão de ciclo vital dos documentos que dominou a Arquivologia norte-americana durante o século XX. Já Cook (2000), salienta que o modelo *records continuum* consiste no modelo para arquivos mais inclusivo do mundo. Para o autor, o fato de contemplar evidência e memória no mesmo eixo, dois lados inquietos da “moeda arquivística”.

O estudo da chinesa Xiaomi An (2003) sobre o modelo *records continuum* está estritamente vinculado à sua comparação com o conceito de ciclo vital dos documentos. Para a autora, as vantagens do *records continuum* sobre o ciclo vital são ainda mais sobrelevadas no âmbito da gestão de documentos digitais. O fato de o *continuum* integrar a gestão de *records* e *archives* fornece uma abordagem capaz de conectar o passado ao presente e o presente ao futuro. Essa abordagem integrada pode facilitar a proveniência, garantir o *accountability*, constituir memória, construir identidade e fornecer uma importante fonte de informações valiosas.

Dessa forma, após investigação dos aspectos precípuos do modelo *records continuum*, constata-se que os subsídios fornecidos pelo modelo estão estreitamente ligados às características dos documentos digitais. Por ser um modelo espaço-temporal, a gestão dos documentos não se limita a tempos ou espaços determinados e não segue, necessariamente, um processo linear.

Desse modo, há a possibilidade de o documento estar simultaneamente em espaços e tempos distintos. O valor contínuo permite aos profissionais a utilização dos documentos de diversas maneiras, a fim de atender múltiplos propósitos: como o atendimento de demandas administrativas de tomadas de decisões, demandas legais de acesso à informação e demandas sociais pela difusão para acesso público — tudo ao mesmo tempo. Assim, fica claro, em nosso entendimento, que a abordagem australiana assente na noção de *continuum* atende às especificidades do novo paradigma, principalmente quanto às diversas perspectivas propiciadas pelos documentos digitais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que o ciclo vital dos documentos foi amplamente disseminado e utilizado internacionalmente. Suas características mais marcantes, já explicitadas ao longo deste artigo, são facilmente identificadas nas abordagens e interpretações expostas. Destaca-se, também, a flexibilidade do conceito no que se refere à quantidade de fases/idades e suas respectivas denominações, refletindo, de certa forma, as distintas tradições de cada país ou, consoante Marques (2011) define, “demandas práticas contingenciais”.

Verifica-se a relevância do ciclo vital dos documentos para a Arquivologia, notabilizada, sobretudo, pela sua resistência em um duradouro lapso temporal. A partir de seu surgimento na década de 1940, sua utilização para resolver os problemas de ordem prática apresentados pela grande quantidade de documentos produzidos pelas organizações modernas — fato derivado do processo de especialização e maior complexidade das atividades administrativas aliado ao aumento das demandas sociais — estendeu-se vertiginosamente de modo a trazer um padrão regular para o controle sistemático dos documentos da sua criação à eliminação ou guarda definitiva.

Ao tratar das possíveis limitações impostas pelo conceito de ciclo vital, verifica-se que há uma convergência de posições dos teóricos da área que sinalizam para a necessidade de uma readaptação. Mesmo os teóricos que defendem a aplicabilidade do ciclo vital dos documentos à gestão de documentos digitais, como Luciana Duranti e Heather MacNeil, sugerem uma alteração na quantidade de fases e uma maior integração entre essas. Grande parte dos estudos analisados entendem que o ciclo vital se tornou inadequado para lidar com a realidade digital. As principais limitações estão relacionadas à estrita delimitação dos procedimentos e operações técnicas dentro de cada fase, o que ocasiona, conseqüentemente, em um distanciamento entre os profissionais que atuam nas fases. As possibilidades de os documentos digitais estarem em vários locais e tempos, permite que as fases ocorram simultaneamente, não exigindo um cumprimento sistemático e sucessivo.

Após apontar os principais atores e acontecimentos referentes à trajetória da Arquivologia na Austrália e explorar aspectos do modelo *records continuum* e leituras acerca de suas características, objetivos e aplicações, será realizada uma síntese do nosso entendimento sobre o *records continuum*, com o intuito de cumprir o objetivo proposto neste artigo.

Concorda-se que por se tratar de um modelo desenvolvido com o objetivo de representar a complexidade incutida pelos processos e meios referentes aos documentos arquivísticos, seu entendimento absoluto pode se tornar dificultoso. Acredita-se que a utilização de referencial teórico fundamentado na leitura linear dos processos de gestão de documentos, principalmente em virtude da grande relevância do ciclo vital dos documentos no âmbito da Arquivologia, pode explicar grande parte desses questionamentos.

Verifica-se que as perspectivas propiciadas pelo modelo vão muito além do que um simples contraponto ao ciclo vital, isto é, não se trata apenas de um modelo proposto com o intuito de substituí-lo. Isso significa que o *records continuum* não consiste apenas em um modelo teórico, e muito menos em uma metodologia para a implementação de um programa eficiente de gestão integrada de documentos. Conforme proposto por Frank Upward, o *continuum* consiste em uma *worldview*, utilizando-nos de tradução livre, pode-se compreendê-lo como uma “visão de mundo” ou um ponto de vista mais amplo. Portanto, constata-se que dentre as diversas perspectivas proporcionadas pelo modelo, uma delas é a solução para os problemas ocasionados pelas limitações do ciclo vital ante a realidade digital.

O modelo teórico proposto por Frank Upward busca sintetizar essas perspectivas e representá-las graficamente por meio de um diagrama de círculos concêntricos interceptados por eixos. Por se tratar de um modelo espaço-temporal — diferente de um modelo linear e por seguinte diacrônico, como o ciclo vital dos documentos — os documentos estão em um constante processo de devir, ou seja, podem atender a diferentes propósitos ao mesmo tempo.

A partir da leitura linear, subentende-se que os documentos percorrem pelas dimensões gradualmente: associação com outros documentos, ganho crescente de evidência, participação no cumprimento da missão institucional e posicionamento cada vez mais amplo na estrutura organizacional. Isso, de fato, pode ocorrer. No entanto, o que distingue o *records continuum* são as possibilidades propiciadas para que essa evolução ocorra, ou não. A abordagem assente do *continuum* reconhece que os documentos servem para múltiplos propósitos, de outro modo, possuem diferentes significados para diferentes pessoas em diferentes contextos, imediatamente e ao longo do tempo.

Constata-se, do mesmo modo, que o modelo não tem o intuito de apresentar soluções para problemas específicos de ordem prática, já que, conforme disposto, se trata de um ponto de vista. Sua finalidade é fornecer uma visão geral que viabilize a reorganização do

conhecimento arquivístico, de forma a explicar realidades complexas que, no “antigo jogo”, eram singularizadas pela distinção entre as dimensões de espaço e tempo.

Portanto, o *records continuum* consiste em uma visão em que os documentos podem possuir múltiplas finalidades em espaços distintos, para pessoas distintas, ao mesmo tempo e ao longo do tempo. Para tal fim, fundamental se faz o uso do valor contínuo, que não impõe ao documento o valor primário ou secundário de cada vez, nem o considera ou como evidência ou como memória. Nesse caso, o documento pode ter os valores primário e secundário e figurar como evidência e memória no mesmo espaço e ao mesmo tempo.

Compreende-se a visão fornecida pelo *records continuum* como fundamental para a elucidação das limitações impostas pelo ciclo vital dos documentos. As possibilidades fornecidas pelos documentos arquivísticos digitais são incomensuráveis e quaisquer fatores restritivos, no nosso entendimento, não permitirão que seu usufruto seja integral. O caráter espaço-temporal do *continuum* rompe com a linearidade e o engessamento impostos pelas fases do ciclo vital.

REFERÊNCIAS

AN, Xiaomi. An integrated approach to records management. **Information Management Journal**, Overland Park, v. 37, p. 24–30, jul./aug. 2003.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. A especificidade da informação arquivística. **Revista Contracampo**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 21–29, 1998.

CAYA, Marcel. La théorie des trois âges en archivistique. En avons-nous toujours besoin? 2004. Disponível em: <<http://elec.enc.sorbonne.fr/conferences/caya>>. Acesso em: 4 ago. 2018.

COOK, Terry. Archives in the post-custodial world: interaction of archival theory and practice since the publication of the Dutch manual in 1898. **Archivum**, München: Saur, v.43, p. 191–214, 1997.

_____. Beyond the screen: the records continuum and archival cultural heritage. In: AUSTRALIAN SOCIETY OF ARCHIVISTS CONFERENCE: BEYOND THE SCREEN: CAPTURING CORPORATE AND SOCIAL MEMORY, 2000, Melbourne. **Papers...** Melbourne: Australian Society of Archivists, 2000, p. 8–21.

COSTA FILHO, Cássio. Murilo. Alves. **Possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante o Pós-Custodialismo**: o modelo australiano records continuum como instrumento de

elucidação. 2016. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

COUTURE, Carol. Arquivologia, os arquivistas e os arquivos no Canadá. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 147–163, nov. 2015.

CUMMING, Kate. Ways of seeing: contextualising the continuum. **Records Management Journal**, v. 20, n. 1, p. 41–52, 2010.

CUNNINGHAM, Adrian. Archival Institutions. In: MCKEMMISH, S. et al. (Ed.). **Archives: recordkeeping in society**. Wagga Wagga: Centre for Information Studies, Charles Sturt University, 2005. p. 21–50. (Topics in Australasian Library and Information Studies, 24)

_____. O Poder da Proveniência na Descrição Arquivologia: Uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR (CPF). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 77–92, 2007.

CRUZ MUNDET, José Ramon. Principios, términos y conceptos fundamentales. In: CRUZ MUNDET, José Ramon. (Org.). **Administración de documentos y archivos: Textos fundamentales**. Madrid: Coordinadora de Asociaciones de Archiveros, 2011. 488 p.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010, 196 p.

DINGWALL, Glenn. Life cycle and continuum: a view of recordkeeping models from the postwar era. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (Ed.). **Currents of Archival Thinking**. Santa Barbara: Libraries Unlimited, ABC–Clio, 2010. p. 139–161.

DURANTI, Luciana; FRANKS, Patricia C. (Ed.). **Encyclopedia of Archival Science**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015, 454 p.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Manual de archivística básica: gestión y sistemas**. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2013. 287 p.

JOHNSON, Maizie. Archives Administration in Australia. **The American Archivist**, v. 28, n. 2, p. 231–238, 1965.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MCKEMMISH, Sue; REED, Barbara; PIGGOT, Michael. The Archives. In: MCKEMMISH, S. et al (Ed.). **Archives: recordkeeping in society**. Wagga Wagga: Centre for Information Studies, Charles Sturt University, 2005. p. 159–196. (Topics in Australasian Library and Information Studies, 24)

_____. Sue. Placing Records Continuum Theory and Practice. **Archives & Museum Informatics**, v. 1, n. 4, p. 333–359, 2001.

PIGGOTT, Michael. The history of Australian record-keeping: a framework for research. **The Australian Library Journal**, v. 47, n. 4, p. 343–354, 1998.

_____. **Archives and societal provenance**: Australian essays. Oxford: Chandos Publishing, 2012. 334 p.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998, 356 p. (Nova Enciclopédia, 56).

SCOTT, Peter J. The record group concept: a case for abandonment. **The American Archivist**, v. 29, n. 4, p. 493–504, 1966.

SILVA, Armando Malheiro da et al. **Arquivologia: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Afrontamento, 1999. 254 p.

UPWARD, Frank. Structuring the Records Continuum – Part One: Postcustodial principles and properties. **Archives and Manuscripts**, Sydney, v. 24, n. 2, pt. 1, p. 268–285, 1996.

_____. Structuring the Records Continuum – Part Two: Structuration theory and recordkeeping. **Archives and Manuscripts**, Sydney, v. 25, n. 1, pt. 2, p. 10–35, 1997.

WILSTED, Thomas. Kiwis, kangaroos and bald eagles: archival development in three countries. **The Midwestern Archivist**, v. 4, n. 1, p. 34–51, 1979.